

## **SUCATEAMENTO NAS IPES DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM: NEOLIBERALISMO E FALTA DE PERSPECTIVA NA DOCÊNCIA**

Autora; Letícia Carvalho B. E. Fernandes Coautor(2); Denilson Diniz Pereira, Daniel  
Brandão; Orientador Teodoro Adriano Costa Zanardi

(Puc-Minas [leticiaacar@gmail.com](mailto:leticiaacar@gmail.com), Universidade Federal do Amazonas-UFAM [denilsondinizp@gmail.com](mailto:denilsondinizp@gmail.com)  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM [kasaimori.daniel@gmail.com](mailto:kasaimori.daniel@gmail.com) e Puc-Minas [zanardi@pucminas.br](mailto:zanardi@pucminas.br))

**RESUMO:** Apresenta o diálogo da precarização nas IPES, no município de Parintins/AM. Em menos de 10 anos, a educação brasileira, evidenciando os cursos de formação de professores ofertados pelas IPES, vem sofrendo diversos ataques de políticas mercadológicas, gerando o que será caracterizado na contemporaneidade por precarização, o ingresso em cursos está se tornando menores, além dos mesmos encontrarem-se com grande número de evasão discentes. Baseado nos dados do Censo da Educação Superior percebe-se o crescimento de menos de 1% ao ano para os cursos de licenciaturas e formação de professores em relação aos cursos de bacharelados (4,6%) e tecnológicos (8,5%) tais informações mostram o colapso na docência, pois o número de docentes aposentados sobrepõe aos que se formam. Objetivando o processo de precarização das IPES, no município de Parintins/AM como sendo implicadas pelas políticas mercadológicas, e salientadas as implicações das políticas neoliberais implantadas no Brasil no final do século XX, fora realizado inicialmente a pesquisa bibliográfica que dialogam a educação e o capital, a fim de compreender sua relação ante a Teoria do Capital Humano. Diante das análises bibliográficas e de diálogos propostos nas instituições pesquisadas, fora compreendido a historicidade das políticas neoliberais, os fatores que implicam na precarização da educação e o processo de precarização do sistema público educacional, desde a formação à intervenção docente. Revelando o diálogo, a criticidade e reflexão da formação docente ante tempos de profunda precarização e reformas na educação pública.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Universidade Pública. Precarização. Neoliberalismo.

## Introdução

A educação brasileira, frente à ótica das perspectivas das políticas mercadológicas, atravessa por uma profunda, contínua e retrograda crise política, social e econômica. Isto é, as contrastantes reformas e redefinições ocorridas no âmbito das políticas públicas educacionais brasileiras e, sendo implicadas e/ou influenciadas por políticas neoliberais no final do século XX, desencadearam no então sistema educacional o concreto processo de precarização da educação. Diante desse cenário, muitas pesquisas são divulgadas constantemente nos mais diversos meios de comunicação existente, informando e expondo a atual questão docente, sua atuação e a eficiência do trabalho realizado, porém, muitos acreditam que tal crise na educação esteja estritamente ligada a deficiência da formação docente. No entanto, tais pesquisas não informam os fatores que afetam a qualidade do trabalho deste profissional ou outros fatores externos. Por isso, é importante verificar não somente a questão docente como as transformações políticas, sociais e econômicas que afetam a qualidade da formação e intervenção docente.

Diante da problemática apresentada, a presente pesquisa que tem por título “O sucateamento nas instituições de ensino superior públicas do município de Parintins-AM: o neoliberalismo e a falta de perspectiva na docência” propõe em seu objetivo geral investigar o processo de precarização das Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES, do município de Parintins/AM e suas consequências para a profissão docente, dialogando-a com as políticas mercadológicas, sendo aqui salientada as políticas neoliberais. No proposto diálogo, cabe salientar que o foco da discussão torna-se o neoliberalismo e suas perspectivas como sendo principal implicador do processo de precarização do sistema público educacional, pois de acordo com seus pressupostos, a educação e outros setores públicos que atendem as demandas sociais, são entendidas como um saque à propriedade privada, além de serem vista como um meio de captação de riquezas e que o Estado não tem a capacidade oferecer tal serviço, devendo este ser oferecido qualitativa e quantitativamente pelo Mercado. Como objetivo final da presente pesquisa, pretende-se avaliar medidas que possam contribuir a reverter com a atual situação precarizada da educação, isto é, romper com a errônea e incorrigível lógica da Teoria do Capital Humano (Mészáros, 2015), a partir da construção de diálogos que viabilizem uma construção de uma perspectiva humana, crítica, política, social e econômica.

Assim, para o melhor diálogo e desenvolvimento dos objetivos propostos, fora levantado as seguintes hipóteses: A educação é um instrumento de superação das desigualdades sociais? Qual o valor econômico da educação e sua relação com o capitalismo?

O nível de escolaridade dos sujeitos atendidos pela mesma é suficiente ante suas próprias realidades sociais e individuais? Ou mesmo, se a educação institucional é capaz de promover o desenvolvimento político, social e econômico? Como respostas a tais hipóteses, que servirão como base às resoluções das inquietações tidas inicialmente acerca da precarização da educação e da relação do capital e educação, pela qual, busca-se por meio da pesquisa científica e produção científica em promover o diálogo crítico-reflexivo sobre a referida problemática. De forma que, reconhece-se que somente através de pesquisas científicas, diálogos críticos-reflexivos voltados ao sucateamento das Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES, brasileiras e da educação, e aprofundamentos teóricos sobre a proposta área de discussão, será então possível fazer conhecidos insumos educacionais qualitativos para romper com a incorrigível lógica do Capital e ressignificar à docência nos tempos de enorme precarização.

No que diz respeito a presente pesquisa, o método a ser utilizado é o materialismo histórico numa perspectiva de abordagem construtivista do conhecimento por meio do olhar do pesquisador, isto é, através do olhar crítico-reflexivo e do diálogo do pesquisador com seus expoentes teóricos, seus locais de pesquisa, seus sujeitos de pesquisa e do contexto das políticas neoliberais e suas implicações na docência e no sistema público de ensino. Teremos como local de pesquisa o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM e o Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA, as duas únicas Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES, do município de Parintins/AM e que ofertam cursos superiores de formação de professores e licenciaturas. Assim os sujeitos de pesquisas serão prioritariamente discentes e docentes dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, curso este para qual busca-se focar a pesquisa científica, que estejam mais sujeitos as implicações das políticas mercadológicas.

Assim, a presente pesquisa dar-se-á em três momentos distintos de suma importância e que se complementam, na qual teremos: a) Pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre a proposta temática em diálogos com autores e pesquisadores que têm como área de pesquisa as políticas públicas, com foco na precarização da educação, a relação da educação com o capitalismo e o neoliberalismo, e a reforma do estado e políticas públicas educacionais brasileiras; b) Pesquisa de campo, onde dialogaremos o conhecimento obtido durante a pesquisa bibliográfica com a realidade dos locais e sujeitos da presente pesquisa; e c) Análise de dados e elaboração dos resultados, tornando-se a fase final da pesquisa, onde iremos analisar os dados obtidos na pesquisa de campo e dialogaremos com os conhecimentos da pesquisa bibliográfica para então elaboramos os resultados finais.

## **Desenvolvimento**

Entende-se por meio da necessidade epistemológica e hermenêutica, que antes mesmo de adentrarmos no antro principal da discussão deste estudo, que é o neoliberalismo e suas influências na reforma do Estado e propriamente na precarização das Instituições Públicas de Ensino Superior, entendermos e compreendermos a gênese histórica do neoliberalismo e debruçarmo-nos sobre entender seus conceitos e seus pressupostos, pois somente pelo meio disto será possível entendermos com mais exatidão o processo de precarização do sistema público. Assim, para darmos início às discussões tendo nesse momento o foco principal já pré-estabelecido, buscaremos compreender o neoliberalismo em toda a sua conjuntura conceitual, política, social e econômica, e seu contexto histórico no cenário político, social e econômico internacional e nacional, para somente então dialogarmos e relacionarmos ao processo de sucateamento da educação superior.

De tal modo, feita as dissenções preliminares sobre a proposta de desenvolvimento do presente estudo, iremos então obter três tópicos dialógicos crítico-reflexivos, sendo eles divididos da seguinte forma: 1) Neoliberalismo: Conceito e História, na qual discorreremos sobre a gênese histórica do neoliberalismo, além de seu contexto e seus pressupostos sobre a educação; 2) Reforma Educacional Brasileira: Implicações Neoliberais, sendo um dos tópicos de maior importância, pois apresentaremos nesse tópico a implantação das políticas neoliberais no Brasil e as devidas consequência na Reforma do Aparelho do Estado e na sucessivamente na educação; e por fim 3) Precarização do Ensino Superior, caracterizando-se como o principal ponto desta pesquisa, pois aqui iremos dialogar as políticas mercadológicas neoliberais e suas implicações no processo de precarização da educação brasileira, isto é, em suma os dois primeiros tópicos servem de base teórica para o terceiro tópico, tornando o diálogo apresentado em ambas as partes, essencial para o decorrer da pesquisa e de seus resultados.

Entende-se pelas análises bibliográficas realizadas até a presente ocasião, a expressiva relevância de tais discussões, visto que diante do atual período de constantes contradições, incertezas e sinuosas mudanças políticas, sociais e econômicas, é preciso criar, ou melhor, promover insumos educacionais que possibilitem a reflexão, a criticidade e a superação social. Para tal, reconhece-se que mesmo a educação institucionalizada está servindo para atender os anseios e as demandas do Mercado e preocupar-se em perpetuar os interesses das classes dominantes (Mészáros, 2005), desta forma é preciso ainda possibilitar meios para

romper com a incorrigível lógica do Capital, isto é, possibilitar reflexões para com a formação e atuação do pedagogo no século XXI, pois além de bastante presentes, são visíveis os efeitos de ideários mercadológicos na formação e intervenção pedagógica, pela qual, a precarização do sistema público educacional é entendida hoje como o maior desafio deste profissional no que tange as novas exigências do Mercado e de sua formação.

Em análise sobre a transição do final século XX para o século XXI, o sistema público brasileiro estava atravessando pela crise política, social e econômica que assolava diversos países desenvolvidos, o que em consequência implicou ainda mais no caráter precarizado do sistema público educacional, onde, apenas uma minoria tem acesso ao que taxa-se de “educação de qualidade”, enquanto os demais vivenciam diariamente escolas, universidades e a educação sucateada. No contexto da educação superior, diversas notícias nos meios de comunicação e em pesquisas científicas e educacionais nos alertam para a vigente crise da educação brasileira, o que percebemos por meio do Censo da Educação Superior de 2012, onde os cursos de licenciatura ofertados nas Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES, enfrentavam evasões e que cada vez mais a procura pelos mesmos tornavam-se menores, onde estes crescem cerca de 1% ao ano, enquanto os cursos de bacharelado cresceram cerca de 4,6% e os tecnológicos 8,5%. Não se pode negar estes dados contrastantes, pois os mesmos além de alertarem para a crise educacional e outros problemas que abordaremos a seguir, eles também nos revelam o “colapso na docência”, de tal modo, obteremos a baixa procura por cursos de licenciatura, o enorme número de discentes evadidos, o alto índice no número de professores aposentados crescendo anualmente em relação ao número de professores que se formam, isto é, se prevê aqui que em alguns anos não haja professores suficientes para atender as enormes demandas de alunos.

### **Neoliberalismo: Conceito e história**

O neoliberalismo é um modelo econômico que surge em um período emergencial para assumir lugar no Mercado em crise como novo padrão de acumulação de riquezas (Capital), visto que, nesse período tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento – ou emergentes – enfrentavam o que caracterizaremos como “crise estrutural econômica”, na qual os modelos de acumulação capitalista *keynesiano-fordista* não eram mais capazes de atender as demandas do mercado, e em decorrência disso, buscava-se com um urgência um novo modelo capaz de superar a crise vigente. O neoliberalismo econômico é caracterizado

principalmente por seus novos e avançados padrões tecnológicos, além da flexibilidade na organização do trabalho e em sua produção pautada na racionalidade econômica. Peroni e Adrião (2006, p. 14) nos explicam que:

O paradigma neoliberal de mercado consiste na liberdade econômica da eficiência e da qualidade. A economia de mercado é auto-regulável, baseada na livre concorrência, na qual o fortalecimento da iniciativa privada com ênfase na competitividade, na eficiência e na qualidade de serviços e produtos.

Nesse sentido, além de visar a superação da crise econômica por meio da reforma no próprio Mercado, vem salientar a supremacia do mesmo em relação ao Estado para que não seja permitida a intervenção “limitada” sobre ele no plano político, jurídico e principalmente no plano econômico, como se percebe naquilo que foi exposto por Hofling (2001), onde temos o ideário neoliberal acentuando a ideia de menos Estado e mais Mercado, para que então se deia uma economia livre de empecilhos e fatores que impeçam seu desenvolvimento, visto que, diante de sua concepção, o Estado é o culpado pela crise estrutural econômica pelo fato de não ser capaz de atender igualmente as necessidades da população e do Mercado, uma vez que, durante o período de legitimação do chamado *Estado Democrático*, o mesmo gastou bastante para atender os anseios das demandas sociais mais sujeitas as transformações e disparidades da sociedade classicista e individualista, não sendo capaz de atender também as necessidades do Mercado, e dessa forma exauriu-se os recursos econômicos o que desencadeou na crise estrutural econômica.

Em meio ao presente embate estabelecido entre Estado *versus* Mercado, percebe-se que para ocorrer a supremacia do Mercado sobre o Estado, a teoria neoliberal utiliza-se do que caracterizamos de “processo de descentralização e precarização” das políticas públicas e sociais ofertadas por ele à população, sendo estas consideradas como um saque à propriedade privada, isto é, saúde, educação, transporte e outros serviços oferecidos a população de forma gratuita e/ou parcialmente gratuita, são vistos pelo Mercado graves saques a propriedade privada, pois vêm nesses setores uma forma de acumulação de capital, desta forma devem ser oferecidos por ele. Estes ataques ofensivos e diretos ao Estado, inclusos no processo de descentralização e precarização, têm como intuito alcançar os objetivos predispostos pela teoria neoliberal em relação ao livre andamento e intervenção do Mercado no âmbito político, social e econômico. Em decorrência ao processo de descentralização e precarização, ocorre a redefinição de papel, na qual o Estado se tornaria em um Estado minimalista, deixando seu

papel de executor de políticas (públicas) sociais para assumir um papel de regulador. Barcelos, Silva e Vargas (2014) explicam que este novo Estado, tendo seu papel redefinido pelas políticas de cunho neoliberal, tornariam máximos para atender os interesses do mercado capitalista e mínimo para atender as demandas sociais através de políticas públicas e sociais. Assim, sendo o Estado reformado pelas políticas de cunho neoliberal e agora tendo um papel mínimo de regulador de políticas públicas (sociais), e como solução para amenizar o efeito de tais políticas à população mais sujeita a elas, caberia então a este também funções de garantir direitos individuais, como exposto por Hofling (2001, p. 39):

Em um Estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social.

Perceberemos que para a teoria neoliberal, quando o Estado intervém nas ações do Mercado, ele inibe melhor desenvolvimento da economia nacional e global, isto é, impede seu progresso além de afetar sua competitividade – no que diz respeito a teoria neoliberal, o livre-comércio ou a livre concorrência é um bem intangível, isto é, o progresso e o desenvolvimento só dar-se-á através da competitividade social e individual. Visto que, o livre mercado é tido pelos neoliberais como “grande equalizador das relações entre os indivíduos” (HOFLING, 2001, p. 37). Para entendermos melhor esta afirmação, o Estado, em outras palavras, inibe a mola propulsora do Mercado ao criar instituições que “desmercadorizam” parte dos elementos necessários a sociedade, tais como a educação, saúde, moradia, transporte, previdência e outros serviços oferecidos a sociedade em geral (MORAES, 2002).

### **Re forma Educacional Brasileira: Implicações neoliberais**

Diante do processo de descentralização e reforma das políticas educacionais brasileiras e as políticas neoliberais, o Estado torna-se apenas um mero regulador de políticas públicas e sociais e que o Mercado é quem passa a organizar e executar as ações dos setores públicos e sociais, este processo de profunda reforma no aparelho do Estado sob influências neoliberais têm por consequência o que chamamos de precarização ou sucateamento da educação, Mészáros (2005) e Frigotto (1993) discutem a temática caracterizam por “crise real na educação”, entretanto trata-se na verdade das implicações do projeto neoliberal neste setor, para que ocorra a transição da educação pública para a educação privada e, que acima de tudo

atenda as demandas do mercado no sentido de formar grandes insumos de mão-de-obra (trabalhador) flexível, que se adaptem rapidamente as novas tecnologias e mudanças sociais, políticas e econômicas.

No Brasil por exemplo, a adesão e implantação das políticas neoliberais tiveram início a partir da década de 1990, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que tinha como objetivo geral reverter os efeitos da crise estrutural econômica que assolava os países desenvolvidos e em desenvolvimento – entre eles o Brasil –, além de fortalecer a economia nacional tornando assim o país capaz de competir no mercado internacional, dessa forma, recorreram aos empréstimos às Instituições Financeiras Multilaterais – tais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc. – e conseqüentemente tiveram de se sujeitar as políticas neoliberais que implicaram no processo de redefinição do Estado brasileiro. É nesse período que ocorre a terceirização em massa e a venda de estatais nacionais para empresas internacionais

Assim, tendo como forma de minimizar os efeitos da redefinição do papel do Estado e estabilizar as mudanças ocorridas pelas políticas neoliberais no Brasil, o Governo FHC criou o Ministério de Administração da Reforma do Estado – MARE, que no ano de 1995 apresentou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, com o objetivo de maximizar o poder do Estado diante das mudanças implantadas pelas políticas neoliberais. Segundo o documento:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995, p. 12).

Veremos que, “o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde” (BRASIL, 1995, p. 13). Tendo visivelmente a relação entre o neoliberalismo e a educação estabelecida, está por ser uma política pública e social com um enorme poder ideológico torna-se um dos alvos e uma das prioridades no processo de redefinição do papel do Estado, pois vê-se na mesma sua utilização na reprodução dos interesses das classes dominantes, na perpetuação das ideologias propostas pelo Mercado e implicação na individualização dos sujeitos sociais.



Diante do projeto neoliberal, uma maior escolaridade contribui para a formação profissional do sujeito, este tornando-se apto a ocupar uma vaga no Mercado. Percebe-se que diante da reforma do Estado, o mesmo não se retira totalmente do papel de prover a educação, no entanto, ele adota um novo papel, além de regular o oferecimento e atendimento educacional a população, ele tem como novo papel o de avaliador, que irá supervisionar os resultados e índices estabelecidos pelo projeto neoliberal (Barroso, 2005). Partindo dessa concepção, ao ter apenas uma mínima parte no papel de provedor da educação, o Estado “abandona” papéis e funções de suma importância para com a educação, transferindo estas funções para instituições privadas, isto é, a educação aqui deixa de ser um direito universal e transforma-se em uma mercadoria com diferentes níveis de “qualidade” oferecida àquele que simplesmente ter mais poder aquisitivo.

## **Metodologia**

A pesquisa a ser utilizada será o materialismo histórico dialético numa perspectiva de abordagem construtivista do conhecimento por meio do olhar do pesquisador sobre o contexto das políticas neoliberais e suas implicações na docência e no sistema público de ensino – e sucessivamente na precarização da educação. Para tal pesquisa a construção do conhecimento será realizada a partir da interação entre o sujeito (pesquisador) e o meio (objeto de pesquisa), pois, entende-se que só a partir dessa interação, ocorrerá desequilíbrio e por seguinte a assimilação, resultando na acomodação do conhecimento, isto é, na produção de insumos científicos. Becker (2010, p.14) destaca que:

A realidade só pode ser afirmada pelo sujeito depois que ele a construiu. Como seu corpo existiu antes de sua consciência, ele aprende que a realidade existia previamente à sua consciência porque seu corpo proveio dela. [...] Falar de construtivismo é falar de construção do conhecimento.

Ghedin (2008, p.71) explica que, “olhar, nesse caso, significa pensar, e pensar é muito mais do que olhar e aceitar passivamente as coisas. [...] olhar é interpretar e perceber para poder compreender como são as coisas e os objetos investigados”. Desta forma, partiremos de uma concepção primária de reeducação a partir do olhar do pesquisador. Pois, para entendermos realmente o conhecimento sobre o objeto de pesquisa, é necessário olhar muito além de como o objeto se apresenta. Para Ghedin (2008, p. 73), “a educação do olhar cobra a percepção das múltiplas representações do mundo e da cultura socialmente construída. [...] é

preciso aprender a “penetrar” no real para compreendê-lo em sua radicalidade ontológica, epistemológica e metodológica”, pois a crítica surge a partir de uma dúvida gerando um processo reflexivo e interpretativo.

O método de procedimento será o Estudo de Caso, que consiste na investigação aprofundada de um caso, seja com especificidades particulares ou coletivas. Segundo o Gil (2008, p. 138) o estudo de caso tem por maior finalidade “[...] estudos exploratórios e descritivos, mas também pode ser importante para fornecer respostas relativas a causas de determinados fenômenos”. Representa a estratégia preferida quando colocamos questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

**Local da pesquisa:** A pesquisa será realizada no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM e no Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA, ambas Instituições Públicas de Ensino Superior de Parintins/AM.

**Sujeito da pesquisa:** Os sujeitos da pesquisa estão diretamente ligados às Instituições Públicas de Ensino Superior a serem pesquisadas, sendo eles professores e alunos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia ofertadas pelas mesmas, no qual, estarão envolvidos direta e indiretamente na pesquisa.

**Instrumento de coleta de dados:** Tendo em vista a realização de uma pesquisa sob uma abordagem construtivista, as coletas de dados se caracterizarão como um meio de suma importância para a busca de novas informações e sucessivamente novos conhecimentos. As coletas de dados utilizados serão a observação participante, na qual observar um fenômeno social significa que em um determinado evento social, simples ou complexos, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja, estudadas em seus atos, atividades, significados, relações entre outros (TRIVIÑOS, 2008).

O olhar e a interpretação crítica sob o contexto da precarização do sistema público de ensino e suas consequências na docência será uma técnica de observação bastante útil para a obtenção de informações. Podendo ser mais importante do que fazer perguntas; desta forma poderemos constatar uma reflexão além daquilo que se está explícito nas perguntas e respostas. Nesse sentido, Ghedin (2008, p. 78) destaca que, “a investigação é uma forma de ação que procura tornar invisível, fazendo perceber o que não se percebe e ver o que normalmente não se vê”. Esta relação entre o olhar e a interpretação crítica, isto é, questionar e refletir sob o objeto estudado, desperta intrinsecamente o pensamento crítico, tornando uma relação dialógica sob objeto.

Essa dialética entre perceber e interpretar é que potencializa o pensamento, a linguagem, a criatividade e a inteligência humana, lançando a pessoa na direção do conhecimento e facultando-lhe a permanência do conhecimento (GHEDIN, 2008, p.74).

Outro instrumento de coleta de dado que utilizaremos será a entrevista. Esta, é sempre realizada face a face (entrevistador mais entrevistado), também pode ou não ser realizada com base em um roteiro de questões preestabelecidas e até mesmo impressas, enquanto As entrevistas podem ter o caráter exploratório ou ser de coleta de informações. A entrevista é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (MARCONI e LAKATOS, 2010).

**Procedimentos da pesquisa:** O procedimento usado será estudo de caso, os locais onde a pesquisa será realizada serão nas instituições de ensino superior de Parintins/AM: Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM e Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA.

Dentre os sujeitos escolhidos para a execução da pesquisa, tem-se em mente a escolha de apenas 25 sujeitos como amostra para a pesquisa. Para a escolha dessas amostras, deve-se levar em consideração o período em que se está cursando na instituição, a renda familiar per capita, auxílios que recebem ou necessitam para sua permanência (tendo em vista que muitos dos sujeitos da pesquisa são de outras cidades e não possuem familiares em Parintins), além da maior fragilidade às políticas que implicam em sua formação acadêmica. Nesse sentido, os principais critérios para a inclusão e para a exclusão dos sujeitos na vigente pesquisa, são os diferentes graus de fragilidade e sujeição à precarização das instituições de ensino superior. Por fim os instrumentos de coletas de dados utilizados para elaborar esta pesquisa serão a observação e a entrevista.

### **Considerações Finais**

Antes de encerramos este estudo, é importante salientar as significativas contribuições científicas que tal pesquisa têm a oferecer não somente ao município de Parintins, quanto ao Estado do Amazonas e ao Brasil nestes tempos sinuosos de sucateamento, podemos então perceber e refletir sobre esta temática, que, no processo de formação pedagógica é bastante esquecido, tanto nas pesquisas científicas quanto nos trabalhos de conclusão de curso. Para tal, esta pesquisa de caráter científico, tem a contribuir no campo de estudo das Políticas Públicas com novas reflexões e críticas acerca do processo de sucateamento da educação

brasileira, isto é, na busca por insumos científicos que supram a carência de diálogos sobre tal, pois, apesar de que romper com a incorrigível lógica da Teoria do Capital Humano seja quase impossível, é necessário ressignificar a formação docente ante os tempos de precarização para criarmos uma educação humana, politizada, crítica e que permita o desenvolvimento.

## Referências

- AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ALMEIDA, Alberto Alexandre Lima; DAMASCENO, Maria Francinete. O neoliberalismo e a educação brasileira: a qualidade total em educação. **Revista Educação**. v. 10, n. 2. 2015. p. 40-46.
- BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: MEC, 1995.
- BECKER, Fernando; MARQUES, Tania B. I. **Ser professor é ser pesquisador**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- GHEDIN, Evandro. **Questões de método**. 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n° 55, novembro, 2001.
- PERONI, V.; ADRIÃO, T. **Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional**. In: PERONI, V.; BAZZO, V. L.; PEGARORO, L. (Orgs). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- TOUSSAINT, Eric. **A Bolsa ou a Vida**. A dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.